

Mphanda Nkuwa não deve repetir os abusos sociais da indústria do carvão em Tete



Mozambique está mais próximo de garantir financiamento para o Projecto Hidroelétrico de Mphanda Nkuwa, avaliado em 6,4 mil milhões de dólares, com o apoio do Banco Africano de Desenvolvimento e parceiros internacionais.¹ Apresentado como um investimento estratégico para transformar o sector energético, o projecto de

1.500 MW promete crescimento industrial, exportações regionais e benefícios macroeconómicos.

No entanto, projectos de infra-estrutura desta magnitude envolvem riscos sociais e de direitos humanos significativos que devem ser enfrentados de forma preventiva, e não apenas após a ocorrência de danos.

¹ De acordo com uma nota do Banco Africano de Desenvolvimento, deu-se mais um passo na sequência de um workshop técnico de alto nível realizado recentemente no escritório da instituição em Maputo, que reuniu representantes do Ministério das Finanças, do Ministério dos Recursos Minerais e Energia, da Electricidade de Moçambique (EDM), do Gabinete de Implementação de Mphanda Nkuwa (GMNK) e do próprio Banco Africano de Desenvolvimento. African Development Bank Group. (2026, February 12). *Mozambique advances Mphanda Nkuwa hydropower project with African Development Bank support.* <https://www.afdb.org/en/news-and-events/press-releases/mozambique-advances-mphanda-nkuwa-hydropower-project-african-development-bank-support-90816>



O sucesso de Mphanda Nkuwa não será determinado apenas pelos 1.500 MW gerados, mas pela demonstração de que o país pode desenvolver infra-estruturas estratégicas sem repetir ciclos históricos de abusos, violação de direitos humanos e conflito social.

Um projecto estruturante e em carteira há mais de meio século

O projecto hidroeléctrico de Mphanda Nkuwa não é uma iniciativa recente, mas uma proposta que remonta ao período colonial, inicialmente considerada antes da construção de Cahora Bassa e retomada repetidamente ao longo de mais de quatro décadas. Desde então, atravessou vários ciclos de estudos de viabilidade, tentativas de concessão, cancelamentos por dificuldades de financiamento e sucessivos relançamentos institucionais, envolvendo diferentes parceiros internacionais e instituições financeiras. Mais recentemente, o Estado moçambicano voltou a estruturar o empreendimento através da EDM e da HCB e formalizou uma parceria com um consórcio internacional liderado pela Electricité de France (EDF), TotalEnergies e Sumitomo, colocando o projecto novamente na fase de preparação para decisão final de investimento.²

Localizado no rio Zambeze, aproximadamente 60 km a jusante da barragem de Cahora Bassa e 70 km a montante da cidade de Tete, o empreendimento prevê a construção de uma barragem, uma albufeira com cerca de 100 km² e uma linha de transmissão de alta tensão com aproximadamente 1.300 km ligando Tete a Maputo.

O custo total estimado do projecto é de aproximadamente 6,4 mil milhões de dólares norte-americanos, incluindo cerca de 5 mil

milhões destinados à barragem e à central hidroeléctrica e 1,4 mil milhões para a linha de transporte de energia.³ O início de operação está previsto para 2031, após cerca de dois anos de planeamento e seis anos de construção. A barragem tornar-se-á a terceira maior no leito principal do Zambeze e a maior infra-estrutura hidroeléctrica construída na África Austral nas últimas cinco décadas.

Prevê-se que cerca de 900 MW, correspondentes a 60% da energia gerada, sejam exportados principalmente para a África do Sul e o Zimbabwe, enquanto cerca de 600 MW serão destinados ao consumo interno.⁴ A iniciativa conta com o apoio de instituições financeiras multilaterais, incluindo Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e Banco Europeu de Investimento.

Neste contexto, Mphanda Nkuwa surge como um dos maiores investimentos públicos e privados da história económica recente do país. No entanto, a dimensão financeira e energética do projecto aumenta igualmente a magnitude dos riscos sociais associados, sobretudo num país onde experiências anteriores demonstram que grandes projectos podem implicar sérios riscos sociais e de direitos humanos significativos.

Principais riscos sociais e de direitos humanos

A área da albufeira, com cerca de 100 km² ao longo do rio Zambeze, afectará directamente os distritos de Chiúta, Marara e Cahora Bassa. Estima-se que mais de 1.400 famílias, correspondentes a pelo menos 8.120 pessoas, possam enfrentar deslocação física.⁵ Para além disso, alterações no regime hidrológico do rio poderão afectar indirectamente até cerca de 350.000

pessoas no Delta do Zambeze, cuja segurança alimentar depende da agricultura, da pesca e de actividades informais associadas às cheias sazonais.

A inundação permanente de terras agrícolas, a perda de zonas de pastagem e a interrupção de rotas de pesca poderão comprometer economias locais baseadas em sistemas produtivos

² O consórcio privado detém 70% da participação accionista, enquanto a EDM e a HCB conservam os restantes 30%.

³ 360 Mozambique. (2025, July 22). *World Bank pledges support for Mozambique's Mphanda Nkuwa hydropower project*. <https://360mozambique.com/business/infrastructure/world-bank-pledges-support-for-mozambiques-mphanda-nkuwa-hydropower-project/>

⁴ Justiça Ambiental (JA). (2022, August 1). *Mphanda Nkuwa dam: A climate change millstone around Mozambique's neck*. JA4Change. <https://ja4change.org/2022/08/01/mpbanda-nkuwa-dam-a-climate-change-millstone-around-mozambiques-neck>

⁵ Justiça Ambiental (JA!), CCFD-Terre Solidaire, & European Center for Constitutional and Human Rights (ECCHR). (2025). *Sem a nossa terra e o nosso rio, morreremos de fome: Desmascarando o colonialismo verde no projecto da barragem hidroeléctrica da EDF, Sumitomo e TotalEnergies em Moçambique*. <https://stopmozgas.org/ja-blog-en/press-release-mphanda-nkuwa-dam-project-in-mozambique-green-colonialism-threatening-communities-and-the-zambezi-river/>

de baixo rendimento. Acresce a possível submersão de património cultural, cuja perda tem implicações sociais profundas que não podem ser compensadas apenas por indemnizações monetárias.

O histórico nacional demonstra a materialização destes riscos. Na província de Tete, a exploração do carvão implicou o reassentamento de milhares de famílias para zonas com baixa fertilidade dos solos e acesso limitado à água, originando insegurança alimentar e dependência do trabalho informal. No caso de Cahora Bassa, a construção da barragem na década de 1970 deslocou comunidades inteiras e alterou permanentemente o regime de cheias do Zambeze, destruindo colheitas e perturbando a pesca durante décadas. Estes efeitos persistem até

hoje, evidenciando que os impactos sociais de barragens se estendem muito além do período de construção.

Avaliações de risco recentes indicam que conflitos sociais e impactos ambientais associados ao projecto podem representar perdas potenciais de aproximadamente 1,3 mil milhões de dólares, demonstrando que a ausência de salvaguardas sociais constitui também um risco económico directo.⁶ Testemunhos recolhidos por organizações da sociedade civil junto de mais de duas centenas de residentes apontam ainda para um elevado nível de desconfiança, associado à percepção de consultas insuficientes, falta de divulgação de documentos e receios de deslocações sem restauração efectiva dos meios de subsistência.

Um apelo ao diálogo antes do fecho financeiro

Mphanda Nkuwa encontra-se numa fase decisiva, anterior à consolidação final do financiamento, em que a estrutura institucional e social do projecto ainda pode ser moldada. A experiência internacional demonstra que a prevenção de conflitos em grandes projectos depende da existência prévia de processos participativos e inclusivos, divulgação integral dos estudos de impacto, mecanismos independentes de monitoria e sistemas eficazes de resolução de reclamações.

A ausência destas condições tende a transferir custos sociais para o Estado e para as comunidades, gerando instabilidade local, atrasos operacionais e aumento dos custos financeiros do próprio empreendimento. Neste caso específico, a presença de financiadores multilaterais e de empresas sujeitas a obrigações legais internacionais de diligência em direitos humanos reforça a necessidade de cumprimento rigoroso de normas internacionais antes da tomada final

de decisão de investimento.

Assim, torna-se essencial que o Governo de Moçambique e os investidores iniciem um diálogo estruturado com a sociedade civil e com as comunidades potencialmente afectadas antes do fecho financeiro. A participação efectiva deve ser tratada como componente central da viabilidade do projecto e não como etapa administrativa.

À medida que Mphanda Nkuwa avança da fase de preparação para a fase de execução, este é o momento crítico para assegurar:

- Planeamento de reassentamento transparente e participativo.
- Monitoria social e ambiental independente.
- Mecanismos de reclamação acessíveis e eficazes.
- Divulgação integral dos estudos de impacto e planos de mitigação.

⁶ Justiça Ambiental (JA!), CCFD-Terre Solidaire, & European Center for Constitutional and Human Rights (ECCHR). (2025). *Sem a nossa terra e o nosso rio, morreremos de fome: Desmascarando o colonialismo verde no projecto da barragem hidroeléctrica da EDF, Sumitomo e TotalEnergies em Moçambique*. <https://stopmozgas.org/ja-blog-en/press-release-mphanda-nkuwa-dam-project-in-mozambique-green-colonialism-threatening-communities-and-the-zambezi-river/>

Conformidade com normas internacionais de direitos humanos.

O projecto não pode tornar-se mais um caso de crescimento sem desenvolvimento. Moçambique precisa de energia, mas não à custa da justiça, da dignidade e da estabilidade social.

O sucesso de Mphanda Nkuwa não será determinado apenas pelos 1.500 MW gerados, mas pela demonstração de que o país pode desenvolver infra-estruturas estratégicas sem repetir ciclos históricos de abusos, violação de direitos humanos e conflito social.



MISSÃO:

Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.

MISSION:

Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: CDD
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



FORD
FOUNDATION



UNIÃO EUROPEIA